

Máquinas de guerra e precariedade: saúde mental de prostitutas em meio à pandemia do Novo Coronavírus

War machines and precariousness: mental health of prostitutes in the midst of the New Coronavirus pandemic

Adriely de Oliveira Clarindo; Rafaela Werneck Arenari

Universidade Estadual de Campinas; Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

RESUMO:

O cenário pandêmico deflagrou a importância dos cuidados em saúde mental da população em geral. No entanto, grupos de trabalhadoras sexuais colocam sob nossas vistas que a perpetuação e o adensamento da precariedade a que estão sujeitos certos grupos podem implicar na exacerbação de sofrimentos psíquicos já existentes. Observando que os debates sobre saúde para esta população direcionaram suas preocupações majoritariamente às infecções sexualmente transmissíveis, neste trabalho objetivamos evidenciar os contornos da pandemia e sua incidência sobre a saúde mental das trabalhadoras sexuais. Para isso, trazemos à cena uma disparadora narrativa de trabalhadoras sexuais que, no cenário pandêmico, não puderam cessar suas atividades. Além disso, problematizamos como as falhas nos processos formativos em psicologia quanto às questões de gênero e sexualidade podem gerar consequências nas práticas em psicologia e na saúde mental destas populações; e concluímos sugerindo posicionamentos éticos nas práticas profissionais diante daqueles grupos considerados desviantes.

Palavras-chave: prostitutas, pandemia, saúde mental.

ABSTRACT:

The pandemic scenery unleashed the importance of mental health care on the general population. However, groups of sex workers show us that the perpetuation and thickening of the precariousness that determined bodies are subjected to may imply an exacerbation of psychological suffering that was already there. Observing that the health debates concerning this population address their worries mostly to sexually transmitted infections, in this paper, we highlight the pandemic's outlines and incidences about mental health on sex workers. To do so, we bring to the scene a triggering narrative of two sex workers that in the pandemic scenery couldn't cease their activities. Besides that, we problematize the flaws in the formative processes in Psychology regarding gender issues and sexuality, and how this might cause consequences on psychology's practices and the mental health of these populations; and we conclude suggesting ethical positionings on professional practices towards those groups considered deviants.

Key-words: prostitutes, pandemic, mental health.

DOI: 10.12957/mnemosine.2022.66390

Preâmbulo

Neste texto objetivamos delinear os contornos da situação das trabalhadoras sexuais em meio a pandemia da Covid-19 e atrelar tal situação às discussões sobre práticas em saúde mental, privilegiando a psicologia como campo de saber em análise, e os grupos considerados dissidentes das normas de gênero e sexuais. Dividindo as escritas em dois momentos distintos, iniciamos com uma narrativa disparadora para as discussões que a seguirão. A narrativa em questão reconstrói cenas comumente experienciadas em campo de pesquisa e demonstra a situação de precariedade vivenciada por trabalhadoras sexuais em contexto pandêmico. O campo de pesquisa localiza-se no interior do estado de São Paulo, e as interlocutoras são majoritariamente brancas e com idades variando entre 18 e 30 anos.

A narrativa disparadora é feita em primeira pessoa, uma vez que uma das autoras deste trabalho, até o momento da realização da pesquisa, também realizava o trabalho sexual. Vale ainda ressaltar que as experiências narradas e análises críticas realizadas no presente trabalho se atrelam às perspectivas do filósofo Walter Benjamin (1987) a respeito do caráter coletivo da experiência.

Isto é, as narrativas inscritas neste texto são pautadas apenas em experiências que se repetiam e eram compartilhadas entre muitas trabalhadoras sexuais em meio à pandemia. Aproximamos ainda a situação narrada às experiências de outras trabalhadoras sexuais que não estiveram presentes em campo de pesquisa, mas que tiveram suas experiências expostas em reportagens e rodas de conversa sobre prostituição e pandemia. A narratividade foi tomada, portanto, como ferramenta metodológica que possibilitou o questionamento político às práticas em saúde mental que se pretendem neutras e que põem em segundo plano as experiências de minorias sexuais, além de contribuir nas disputas discursivas sobre o tema.

Quanto ao segundo momento do texto, baseando-nos nas narrativas como norteadores de nossas análises, e havendo ainda inserido outro trecho narrativo em nossas discussões, colocamos em questão o acolhimento e os cuidados em saúde mental para populações dissidentes das normas sexuais e de gênero - isto diante da observação de que boa parte dos trabalhos que se propõem a pensar a saúde de trabalhadoras sexuais, considerando aqui principalmente o campo da psicologia, as têm pensado através da desconsideração de suas experiências. Fazemos então ecoar o mantra crítico que se opõe a produção de saberes que se pretendem neutros.

Por fim, anunciamos a existência de furos na teia dos processos formativos em psicologia no que diz respeito a questões referentes a gênero e sexualidade, e que produzem efeitos nefastos tanto no âmbito de práticas em psicologia quanto na saúde mental destas populações. Concluimos sugerindo a urgência de análises constantes das práticas daqueles envolvidos com os cuidados em saúde mental, convocando a compreensão de que a psicologia também é política.

Contornos De Uma Pandemia.

A fim de trabalhar volto a uma zona que pensava conhecer. Trata-se de uma casa de prostituição grande e bem conhecida na região sudeste do país. Neste lugar espaçoso e que inspira luxo, os corpos que transitam são muito similares entre si. Majoritariamente brancos e curvilíneos, cabelos lisos e, quando não, levemente ondulados. Parecem-se com modelos e manequins a serem copiados, forjados para atrair olhares dos clientes que por ali também transitam.

O local possui dois diferentes ambientes para diversão, o primeiro tem em seu centro uma piscina rodeada por mesas e cadeiras de madeira, guarda-sol, um mini restaurante, onde servem almoços todos os dias para as trabalhadoras e para os clientes que por ali aparecem. Para esses últimos, trata-se de um nada barato, com direito a shows de strippers que ocorrem a cada 40 minutos. Noutra espaço, vê-se uma boate. Nela, há gaiolas onde podemos fazer nossos shows, normalmente em dupla. E cerceando toda esta estrutura construída para o prazer, há mesas de madeira robusta e imponente. Este ambiente que costuma pôr-se a funcionar quando os longos almoços chegam ao fim, nesta ocasião não teve suas imensas portas abertas. A maquinaria do prazer hoje trabalha com menos intensidade. Somos todas guiadas ao espaço do clube de almoço, que por ser um ambiente aberto permite que não paremos de trabalhar, afinal, estamos em meio a uma pandemia.

Potes com álcool em gel estão espalhados por todo lugar, assim como cartazes lembrando da higienização. Mariana, uma colega desconhecida até então, me puxa pelo braço e diz que me pareço com sua irmã. Além disso, ela pede que eu vá com ela até o banheiro; parece sozinha, assim como eu. De mãos dadas caminhamos para lá e para cá, feito amigas adolescentes. Mariana¹ aparentava ter entre 18 e 22 anos, seu sotaque carioca entregava seu lugar de origem. O mesmo ocorre com a maioria das profissionais que aqui circulam, sotaques distintos, ressoando suas diferentes origens e apontando que

fixos por aqui são apenas os funcionários da boate. Elas são todas prostitutas nômades e sabem que viajando se ganha mais.

Maquinaria do orgasmo desestabilizando-se. Nessa noite enquanto ignorávamos a distância imposta pelo vírus e transitávamos de mão dadas, percebi que não apenas nós duas postergávamos as orientações contra o novo Coronavírus, outras colegas também circulavam umas próximas as outras. Uma arma contra o frio, os abraços, cochichos e danças nos esquentavam. Naquela noite a zona estava vazia, apenas cinco homens entraram no recinto, e logo escolheram as mulheres com quem iriam para o quarto.

Havia cerca de trinta mulheres na boate, mas apenas cinco delas conseguiram trabalhar, isto é, “fazer algum programa” como se diz na zona. Era o início dos alertas sobre a inesperada pandemia. Uma semana após esta infeliz e premonitória noite, a boate fechou suas portas. Para boa parte das trabalhadoras sexuais, o sereno e a ausência de clientes naquela noite soaram como uma sirene de alerta. Mariana, noutro momento, me contou que, assim como muitas outras colegas, não possuía sequer alguma reserva de dinheiro. Aline, outra colega de zona, complementando o que Mariana afirmou, disse: “sabem como é? Em certa semana se ganha bem e noutra nem tanto, o dinheiro ganho na semana boa cobre a da semana ruim, mas cobrir as despesas de uma pandemia já é muito”.

Putá nômade que é, Mariana me contou que um bairro conhecido por suas diversas casas de prostituição está funcionando, e que vai para lá em busca de trabalho. O bairro em questão possui diversas boates e, ao contrário da boate descrita nesta narrativa, não inspira luxo. Os corpos que por lá transitam não possuem uma uniformidade pautada em um padrão estético, são diversos entre si. Os valores dos programas são mais baixos, as práticas sexuais nem sempre convergem com os desmandes heterossexuais. Corpos negros e brancos de mulheres cisgênero e travestis habitam aquela zona de prostituição. Zona que não para de funcionar em meio à pandemia; profissionais que expostas ao risco de contaminação continuam a luta por sobrevivência.

Muitas trabalhadoras sexuais² andam de um lugar a outro lutando por grana, vivendo e sobrevivendo, se desterritorializando e reterritorializando num piscar de olhos. O antropólogo José Miguel Olivar (2013) já afirmara que prostitutas podem ser vistas

como máquinas de guerra. Tais máquinas, conceito cunhado por Gilles Deleuze e Félix Guattari, podem ser compreendidas por meio das múltiplas formas em que indivíduos e coletivos humanos fogem, desterritorializam-se e lutam, ou quando simplesmente operam em um outro registro que não os das forças de dominação e estratificação. Neste sentido, as trabalhadoras sexuais assim como as máquinas tomam a guerra como algo tão necessário quanto suplementário: “só podem fazer a guerra se criam outra coisa ao mesmo tempo” (DELEUZE E GUATTARI, 1997: 86).

Pensar esta criação, seja em outras formas de sentir, pensar, trabalhar e viver, é o que suscita as provocações iniciais deste texto. Diante dessas outras formas criativas de se forjar modos de vida, emerge a questão: quais possibilidades de lutar as trabalhadoras sexuais, essas máquinas de guerra, possuem em meio à pandemia?

As mudanças e viagens de uma zona a outra devido à busca por trabalho, mesmo em um momento em que elas deveriam se proteger do iminente perigo de contaminação e propagação do novo Coronavírus (Covid-19), remetem à notória evocação da precariedade como algo já bem exposto sob a luz pandêmica. Judith Butler (2018) atrela a concepção de precariedade à sensação de se sentir descartável e dispensável, e a designa como uma situação politicamente induzida na qual algumas populações sofrem as consequências da deterioração de suas redes de apoio socioeconômicas.

Sabemos que trabalhadores, principalmente aqueles que não podem cessar suas atividades seja por razões econômicas e/ou por contribuição ao enfrentamento do vírus, estão expostos e expondo as entranhas da precariedade às quais estão submetidos. Isto que já não nos causa surpresa aponta para uma espécie de infeliz *continuum* onde se insere também a conflituosa arena de luta por direitos trabalhistas protagonizada por muitas prostitutas, estas que requerem primordialmente a regulamentação da prostituição como trabalho.

Neste contexto, atrelar as questões de saúde mental, prostituição e cenário pandêmico emerge junto à percepção de que, ainda que por fortúnio de suas lutas a prostituição fosse regulamentada no país, a pandemia continuaria a congregar-se à perversa obviedade de que no estigma que cerca as prostitutas residem outros níveis de precariedade.

Sobre essa última asserção, é preciso que entendamos que para compreender estes outros níveis de precariedade deve-se fazer vista de que ela pode ser distribuída de maneiras distintas entre diferentes comunidades e indivíduos. Algumas populações estão mais expostas à violência, ao assédio e à patologização, e essa relação de exposição de

um maior nível precariedade também está relacionada às normas de gênero e sexuais (BUTLER, 2018).

Ainda que muitas pessoas estejam em franca exposição ao vírus e à consequente vulnerabilidade, aqueles que não vivem seu gênero e sexualidade de modo inteligível colocam sob nossas vistas outras dificuldades que surgem em meio a tentativa de sobreviver à pandemia. Dificuldades que podem ser exemplificadas em questionamentos como: quem neste momento pandêmico não será protegido pela lei? Ou, como bem sugere Butler (2018): quem vai ser estigmatizado e privado dos direitos civis ao mesmo tempo que é objeto de fascinação e do prazer consumista?

Uma matéria publicada pelo Jornal *O Estado de Minas Gerais* (EMILIANA, 2020) surge como espelho deste ponto em análise. A reportagem retrata como têm sobrevivido as trabalhadoras sexuais do dito baixo meretrício em Belo Horizonte, e constata que o distanciamento social imposto pela COVID-19, bem como o consequente fechamento dos hotéis onde atendem e residem muitas prostitutas, irá expor a categoria à extrema precariedade. Ainda assim, as autoridades municipais, até o momento da citada reportagem, não sabiam de qual modo iriam lidar com a situação.

A reportagem ainda expõe algo que também ocorria com as interlocutoras presentes em nossa narrativa disparadora: muitas trabalhadoras sexuais, assemelhando-se a trabalhadores de outras categorias, tiveram sua renda reduzida, e aquelas que não tem para onde voltar permanecem nos hotéis que, até o momento da reportagem, ainda estavam em funcionamento. Sobre isso, como ainda consta na matéria, Cida Vieira, presidente da Associação de Prostituta de Minas Gerais (ASPRMIG), afirma que a classe apoia as medidas de contenção do Coronavírus, mas que, no entanto, é preciso nos preocuparmos sobre como as trabalhadoras sexuais sobreviverão à quarentena.

A categórica afirmação da presidenta da ASPROMIG, aliada às experiências narradas, explana a discussão já iniciada a respeito da exposição diferenciada à precariedade, sobretudo ao que se refere às minorias de gênero, sexuais e étnico-raciais. Nesses meandros, podemos ponderar sobre quais pessoas são vistas como dignas de reconhecimento enquanto sujeito humano, e em que tal reconhecimento ou sua ausência podem implicar. O cenário deflagra o óbvio e vislumbramos que os sujeitos humanos não são igualmente reconhecíveis como tais, e que o não reconhecimento do sujeito como humano culmina em seu apagamento, em sua quase impossibilidade de aparecer, de ser visto (BUTLER, 2018).

Não ser reconhecido como sujeito humano é não ter direito de aparecer, existir, reivindicar-se como sujeito de direitos. A luta por direitos trabalhistas e pela legitimação do trabalho sexual é também uma luta para que trabalhadoras sexuais se tornem reconhecíveis, pelo direito de aparecerem e de serem vistas como sujeitos de direitos, o que, em situação pandêmica, poderia diminuir a precariedade em que estão inseridas.

Ocorre ainda que, mesmo quando se luta pelo direito de aparecer, é possível perceber que diante da dissidência das normas sexuais emerge a incoerente e perversa concepção social de que alguns corpos podem ser julgados como promotores das próprias mazelas que os cerceiam. Não à toa, ainda na mesma reportagem, a fundadora do Coletivo Clãs das Lobas³, Fátima Muniz, afirma “De qualquer forma, nós precisamos e queremos parar. Primeiro, porque é uma questão de saúde pública. Depois, porque continuar trabalhando também aumenta o estigma que existe sobre nós. Já somos vistas como veículos de doenças. Não queremos reforçar essa marca” (EMILIANA, 2020).

Desde a narrativa que inicia este texto, passando pelas ponderações de Butler até as afirmações de associações e coletivos de prostitutas, vê-se que a precariedade e suas formas de distribuição estão imbuídas de um caráter moral. Esse modo de distribuição pode atrelar-se às noções de hierarquia dos valores sexuais, proposta por Gayle Rubin (2017), que diz respeito aos níveis de respeitabilidade e reconhecimento de saúde mental, legalidade, mobilidade social e física, e benefícios materiais que os grupos que habitam o topo obterão em contraponto àqueles vivem junto à base dessa mesma pirâmide hierárquica.

Interessa-nos, portanto, pensar junto àquelas que povoam as bases dessa hierarquia, colocando em questão as classes sexuais desprezadas, onde se entremeiam transexuais, travestis e profissionais do sexo, por exemplo. Hierarquia delineada por uma pirâmide sexual que, em suas bases, tem correlacionada a presunção de doença, criminalidade e perda de apoios institucionais que recaem sobre as classes sexuais desprezadas, isto é, a classe sexual considerada anormal (RUBIN, 2017).

Descendo os degraus que engendram tal hierarquia, observamos como as distribuições dos níveis de precariedade ponderados por Butler (2018) podem perpassar a pirâmide de Rubin. Um notório exemplo histórico dessa situação pode ser visto em outro cenário epidêmico. Como, por exemplo, no caso da epidemia de HIV/AIDS, que, há mais de três décadas atrás, no início dos anos de 1980, causou uma série de mortes pelo mundo, alastrando-se em meio ao caos pela infecção generalizada do vírus por todos os continentes. Naquele momento logo foram identificados os chamados “grupos de

risco”: aqueles que comporiam as populações mais expostas ao risco da contaminação. Por ser um vírus transmitido pelo sangue, por secreções vaginais e pelo sêmen, prontamente o debate sobre o assunto se organizou em torno das práticas sexuais ditas marginais (SIMÕES et alii., 2020).

O conceito de grupo de risco foi fortemente atrelado aos homo/bissexuais, além dos profissionais de sexo. E assim como sugere Flávio Cesar (2011), embora não fosse novidade para as prostitutas serem culpabilizadas por doenças sexualmente transmissíveis, naquele momento o peso do estigma atrelava-se a uma doença que levava rapidamente à morte.

Ainda assim, é preciso lembrar que desde 1989, a partir da inclusão da Aids em sua agenda, o movimento de prostitutas participou da articulação de políticas públicas no campo da saúde.

Mas ao passo que tal atividade contribuiu para a organização política de um movimento que buscava ressignificar a prostituição como profissão e para a maior presença e visibilidade das organizações, ao assumir a luta contra a Aids como uma das bandeiras do movimento, as prostitutas passam a produzir novos e ambíguos sentidos.

Se, por um lado, houve uma busca por colocá-las como atores da prevenção, em outro aspecto é possível enxergar a forte presença do estigma na profissão, já que se poderia assumir a percepção de que elas se dedicavam precisamente a evitar a disseminação da qual eram julgadas culpadas (CESAR, 2011).

A aposta em traçar o paralelo entre a epidemia do HIV/AIDS no Brasil e o momento pandêmico que vivemos reside em denotar a necessidade de observarmos criteriosamente a configuração para o que se entende como grupo de risco nesta pandemia. Se, na epidemia do HIV/AIDS, os grupos de risco forjaram-se entre prostitutas, homossexuais e usuários de drogas injetáveis, atualmente o grupo de risco é composto por pessoas com mais de 60 anos e por pessoas de quaisquer idades que possuam comorbidades como cardiopatia, diabetes, pneumopatia, doença neurológica ou renal, imunodepressão, obesidade e asma.

Como já se pode imaginar, os idosos e aqueles que possuem comorbidades, aparentam representar, no imaginário social, os avôs e avós, mães e pais, tios, em suma, família em seus pares (SIMÕES et alii., 2020). Não quaisquer famílias, mas aquelas que não remetem às que vão se constituindo fora dos caminhos heterossexuais e monogâmicos que habitam os tropos hierárquicos da pirâmide sexual.

Na epidemia de HIV, aqueles que compunham o grupo de risco eram vistos como possíveis propagadores do vírus, marcados por uma ideia de periculosidade transmissora de doenças, de degeneração moral e sexual como fonte causadora de seus próprios infortúnios. Na atual pandemia, por sua vez, somos todos vistos como possíveis transmissores do vírus, dada a sua forma de contágio. Todavia, alguns corpos estão mais expostos à contaminação e, povoando o grupo de risco ou não, a estes corpos é negada a quarentena.

Se levarmos em consideração o questionamento sobre quem pode fazer-se audível a fim de acessar políticas e direitos, perceberemos que trabalhadoras sexuais não surgirão em primeiro lugar em uma lista de nomes elegíveis. No entanto, lembrando que prostitutas enquanto máquinas de guerra só fazem a guerra se criam outra coisa ao mesmo tempo, vê-se a criação de outras formas de lidar com embates, gerir crises, pensar e de produzir corpos coletivos, por exemplo. Ações coletivas e redes solidárias têm sido criadas e acionadas por trabalhadoras sexuais.⁴

Ademais, ao debatermos a respeito das condições em que estão inseridas as trabalhadoras sexuais em meio à pandemia, o fio de correlação entre a posição como grupo de risco na epidemia de HIV e o receio de Fátima Muniz sobre a reificação da ideia de que prostitutas são vistas como potenciais transmissoras de doenças aponta para uma outra questão que tem sido negligenciada e ao mesmo tempo evidenciada: “se olha a prostituta da cintura pra baixo”. Esta afirmação, que em outros momentos já fora proferida por Gabriela Leite⁵, foi reiterada por Diana Soares⁶ em uma roda de conversa realizada em plataforma digital, onde outras representantes de associações de trabalhadoras sexuais estavam presentes e discutindo questões que envolvem trabalhadoras sexuais e pandemia.

Em suma, no decorrer de nossas análises nota-se que a saúde mental de trabalhadoras sexuais, mesmo no limite de um cenário caótico, é deixada em segundo plano. Para os corpos considerados desviantes, sua dissidência é compreendida por muitos como causa e consequência de quaisquer mazelas que os atinjam. O papel da psicologia e a crítica ao dispositivo da sexualidade enquanto armadilha/ardil às práticas profissionais que não ponderam as questões que regem a saúde mental desta população, atrelada às condições precárias em que estão inseridas, surgem então como norteadores de nossas análises críticas, realizadas a seguir.

Dissidências, Saúde mental e Psicologia

Atinar, ainda que brevemente, para as trilhas sobre as quais a psicologia caminhou a fim de se constituir como ciência é uma forma de pensar os emergentes conflitos que esta disciplina apresenta quando direcionada às questões que envolvem gênero e sexualidade. Caminhar entre tais trilhos é ainda reatualizar o mantra crítico que delinea o surgimento da psicologia como campo do saber que se atrela fundamentalmente ao par função x norma.

Por este par, como bem sugeriu Michel Foucault (1999), pode-se compreender a ideia de um indivíduo como um ser que tem funções e que recebe estímulos fisiológicos, mas também sociais e culturais, e que responde a eles se adaptando e submetendo-se às exigências do meio em que está inserido. Apontar a concepção de um sujeito à procura da adaptação, do equilíbrio e do ajustamento ao meio como forma de encontrar condições existência reflete a ladainha que precede boa parte dos trabalhos que se pretendem críticos à reificação da psicologia como ciência da normalidade.

A réplica a esta ladainha não se dá de forma aleatória e costuma apontar para os vácuos entre teoria e prática em psicologia que envolvem determinados temas e grupos. Por isso, retomar tal ladainha como mantra nos permite suscitar outros olhares às trabalhadoras sexuais. Junto a Foucault (2005), destacamos como as práticas de controle, adestramento e disciplinarização dos corpos e dos saberes visam docilizar os corpos. A classificação, o registro e a análise dos comportamentos dos sujeitos denotam um saber da observação, um saber que de certo modo é clínico e que, portanto, é também um saber da psicologia (FOUCAULT, 2005).

Não por acaso a formação em psicologia ainda tem sido atravessada por crenças em verdades imutáveis, universais, a-históricas e neutras, inclusive a respeito da sexualidade. Crenças fomentadas desde seu nascimento como ciência, que propõem o ajustamento e adaptação do indivíduo às normas sociais e que, por vezes, ainda estão entranhadas às práticas cotidianas de muitos profissionais.

Sob esta tensão e atentando às questões sobre sexualidade, ainda é imperativo relembrar que foi através do dispositivo da sexualidade que se produziram discursos sobre sexualidade e sexo na modernidade. Atrelar este dispositivo aos saberes *psi* é inevitável na medida em que, ao compreendê-los como um conjunto heterogêneo de discursos que, na difusão de regimes de verdade, compõe uma estratégia de gerenciamento e controle de corpos e de formas legítimas e ilegítimas do exercício da sexualidade (FOUCAULT,

2019), perceberemos que a psicologia está imbricada a um privilegiado concubinato entre saber e poder, reafirmando-se como lugar de autoridade sobre a verdade do sujeito.

Ademais, entendendo o dispositivo da sexualidade desde sua estratégia de gerenciamento e controle de subjetividades e corpos, poderemos vislumbrar o entrelaçamento do sexo como foco de disputas políticas. Neste caso, referimo-nos especificamente ao sexo como alvo central de um poder que gesta calculadamente a vida, denominado biopoder. O sexo, portanto, dá lugar a vigilâncias constantes, exames médicos e psicológicos e intervenções que visam todo um corpo social (FOUCAULT, 2019).

A proliferação das tecnologias políticas que investem o corpo, a saúde, as condições de vida e os modos de existência que se dão a partir do desenvolvimento desse biopoder é o que Foucault (2019) chamou de biopolítica. O dispositivo da sexualidade funciona concatenando-se junto ao biopoder e, neste embrolho, suscita-se a sexualidade, regulamentam-se e delimitam-se as práticas sexuais e o gênero.

No cenário esboçado, as experiências, processos de subjetivação e as questões que regem a saúde mental das trabalhadoras sexuais e de outros grupos dissidentes das normas sexuais e de gênero, apesar de constantemente vigiados, são costumeiramente ignorados quando diante de outros elementos contextuais que contribuem para o sentimento de não pertencimento, baixa autoestima, desamparo e desespero (BAÉRE, 2019). O impacto da discriminação, exclusão social e violência dirigida a este grupo permanece subsumido à comum patologização de suas existências, além do descaso do Estado no que diz respeito às políticas públicas voltadas a essa população.

Em rodas de conversa junto a colegas prostitutas, era comum a reclamação de tristezas recorrentes. A agressividade diária que dirigíamos umas às outras também. A vergonha de ser puta, de ser vista como puta pelos outros nos assombrava. Quando perguntava sobre a possibilidade de algumas delas procurar ajuda psicológica, a resposta entoava como um mantra comum a quase todas: “tenho vergonha, vou contar o que faço e não me julgar, não quero só que pensem no meu trabalho, mas em mim como pessoa que dói também”.

A reclamação e o receio das trabalhadoras sexuais envolve-se, portanto, à crítica da ardilosa armadilha que o dispositivo da sexualidade pode gerar nas práticas

profissionais em psicologia: o sujeito e tudo o mais que o constitui torna-se pequeno frente às suas práticas sexuais dissidentes, o que, como consequência, gera a sua culpabilização pelas violências a ele dirigidas e os sofrimentos decorrentes disso: seriam fruto de suas próprias escolhas, vistas como desviantes e individuais.

A exemplo e como prova deste terrível movimento discriminatório, podemos revisar as produções em psicologia sobre o assunto. Na revisão realizada por André Diniz e Claudia Mayorga (2018), vê-se a existência da heterogeneidade teórico-metodológica de estudos que vão desde a abordagem clínica e do desenvolvimento até a fenomenológica, mas que se inscrevem majoritariamente na psicologia social.

Apesar de os estudos se fundamentarem em um quadro teórico e conceitual heterogêneo, os trabalhos apontados partem de análises externas das experiências das prostitutas, fazendo com que elas não surjam como sujeitos da pesquisa. Caminhando entre a apresentação de uma realidade de extrema violência, desqualificação e inferiorização das trabalhadoras, sua posição fixa-se em vitimização. Recai-se então na dicotomia indivíduo x sociedade, discussão cara à psicologia: as experiências das prostitutas são comumente compreendidas como totalmente determinadas por sistemas de opressão ou são apreendidas a partir de ideia uma autonomia absoluta (DINIZ E MAYORGA, 2018).

O ponto problemático desse modo de compreender tais experiências e subjetividades está na correlação superficial ou generalizante entre prostituição e violência, estupro, uso de drogas, desestruturação familiar, carência afetiva e traumas. Isto porque, sob este viés, podem-se abrir brechas para concepções generalistas e preconceituosas, que compreendem que alguém apenas exercerá o trabalho sexual se estiver atrelado a algum tipo de transtorno psíquico, desconsiderando todo o contexto socioeconômico em que tal grupo está inserido.

Aliás, ao compreender suas atividades desde uma autonomia absoluta de um sujeito que se faz independente do contexto sociohistórico, pode-se tropeçar na ideia de que prostitutas escolhem suas atividades laborais devido a alguma espécie de desvio sexual. Neste ponto, entoando as ponderações foucaultianas, a sexualidade surge como uma verdade última sobre as trabalhadoras sexuais, como um segredo subjacente de tudo o que elas são ou podem ser.

Portanto, neste cenário, se concretiza a não aleatoriedade da reclamação das líderes de organizações de prostitutas sobre o fato de que a concepção de saúde para

trabalhadoras sexuais fixa-se em medidas de cuidado quanto às relações sexuais e, portanto, na transmissão de infecções sexualmente transmissíveis. Vê-se o escarafunchar de suas relações sexuais para a manutenção da saúde também daqueles com quem elas têm contato sexual. Um retrato biopolítico da preservação e manutenção das utilidades de um corpo, em suma.

Aliando essas ponderações à emergência do cenário pandêmico e caótico que vivenciamos, ainda é preciso lembrar das significativas afirmações recentes do secretário-geral das Nações Unidas (ONU),⁷ António Guterres, sobre a organização estar comprometida em criar um mundo em que todos, em qualquer lugar, tenham a quem recorrer para ter apoio psicológico diante do contexto desolador intensificado pela pandemia. Ele ainda assegurou que o sofrimento já existente é, para algumas populações, frequentemente exacerbado pelo estigma e discriminação.

Sobre isso, Schmidt, Crepaldi, Bolze, Neiva-Silva e Demenech (2020), em sua emergente revisão de literatura sobre pandemia e saúde mental, apontam que as negligências sobre as medidas adotadas para reduzir as implicações psicológicas podem ter desdobramentos negativos e duradouros. Sintomas de depressão, ansiedade e de estresse pós-traumático têm surgido e se intensificado com certa recorrência em meio a atual conjuntura.

A urgência de acolhimento e intervenções voltadas à população tem incluído desde propostas psicoeducativas como cartilhas e materiais informativos, oferta de canais para escuta psicológica via ligação telefônica, atendimento em plataformas *online*, até a construção de cartas estruturadas, onde inicialmente o usuário do serviço se apresenta e descreve suas principais emoções e queixas. A sugestão é de que, ainda que de maneira remota, ofertem-se os primeiros cuidados psicológicos, buscando o alívio de preocupações, conforto e, se possível, contribuindo para a ativação de redes de apoio social (SCHMIDT et alii., 2020).

O possível contentamento frente a essas iniciativas é, no entanto, minado por preocupações que envolvem aqueles que pertencem às classes sexuais desprezadas, dado o fato de que o sofrimento já existente pode ser exacerbado pelo estigma e discriminação; e o atendimento às populações dissidentes em contexto de vulnerabilidade pode deixar atônitos os profissionais que não possuam formação teórica e prática para lidar com este grupo específico.

Todavia, antes que as diligências discriminatórias que possam ocorrer nas práticas dos profissionais em psicologia sejam remetidas a uma questão pessoal de modo a

esvaziar as tramas de poder que rondam essas práticas, atentemos ao que sugerem Roseiro et alii (2016) sobre haver uma certa escassez de discussões a respeito da diversidade sexual, de gênero e de práticas sexuais dissidentes na formação dos psicólogos.

As autoras afirmam que tais vácuos na formação são comumente preenchidos por discursos e práticas baseadas em justificadas do senso comum, assim como em pressupostos acadêmicos que se querem apolíticos e neutros, e por moralismos religiosos.

Entremeando-se a estes discursos, práticas mescladas por senso comum, moralismos religiosos e pressupostos apolíticos, há a manutenção do dispositivo da sexualidade, e a concatenação da íntima relação de saber e poder que gere a verdade sobre o outro. Luiz Antônio Baptista (1999) denominou esses tipos de práticas e discursos “amoladores de faca”: são aqueles discursos e práticas que esquartejam as vítimas que eles próprios criaram, desqualificando sujeitos e tornando-os pobres coitados, prontos a serem esquadrihados, tutelados ou assassinados.

Para Baptista (1999), trazeremos à discussão a ética e a eficácia dos amoladores de faca é um modo de desarmá-los e de cambiarmos nossos passos a outros rumos. Roseiro, Bernabé e Catello (2016), por sua vez, apreendem que os buracos na formação em psicologia não se dão por uma ausência de referencial teórico para lidar com as diversidades de modos de existência, mas por uma carência de um espaço destinado a abordagens temáticas onde se possam experimentar outros modos de construção coletiva do saber. Estudos sobre gênero, feminismos, sexualidades e subjetividades seguem, portanto, sendo assunto de grupos de estudos marginalizados no ambiente acadêmico, o que indica sua não integração à ciência e sua quase invisibilidade na psicologia enquanto campo de saber (SALDANHA E NARDI, 2017).

Em comum estes últimos autores ainda denotam que as apreensões acerca das fragilidades nos currículos de formação se dão mediante experiências compartilhadas em vivências extra-acadêmica junto a ativismos feministas e LGBT, que, em sua potência crítica, não necessariamente envolvem pressupostos teóricos, mas que se guiam pela construção de um *ethos*.

Conclusão e possibilidades

Nas trilhas em que caminhamos e entre os polos distintos que apontam inicialmente para a força das trabalhadoras sexuais – essas máquinas de guerra que mesmo em meio à pandemia criam modos de resistir e existir – e, em seguida, denotam a biopolítica que gere corpos e desconsidera a importância da saúde mental das

trabalhadoras, ou as patologiza; podemos questionar: ultrapassando o horizonte que reveste as críticas e denúncias sobre a fragilidade da formação e práticas dos profissionais *psi* nesse contexto específico, para onde é possível ir?

Menos do que criar uma cartilha sobre direções imperativas a serem seguidas, onde a ética se engendraria a um movimento policialesco de medo e ressentimento, e tendo em vista que este modo funcionamento, como sugere Baptista (1999), é o daqueles que amolam facas, poderíamos apostar na desnaturalização de verdades psicológicas sobre os sujeitos, na medida em que apontamos sua existência como produtos sócio-históricos. Essa desnaturalização permitiria apreender a multiplicidade que compõe sujeitos e subjetividades, movimento que se liga àquilo que Cecília Coimbra e Maria Lívia Nascimento (2001) denominaram “efeito Foucault”.

Por esta perspectiva, apostar nas práticas sociais como produtoras dos objetos, saberes e sujeitos, é correlato à concepção de outras formas de existência que não se fixem em olhares que as antevêm através da patologização ou exclusão. Trata-se de compreender que todo saber é político e de apreender que não existe uma relação de poder sem a constituição de um campo de saber. Psicologia e política não são, portanto, territórios distintos, pois se atravessam e complementam (COIMBRA E NASCIMENTO, 2001).

Na imbricação entre psicologia e política se forjou aquilo que desejamos enfatizar neste trabalho: não operar por meio de um dispositivo que normatiza práticas sexuais ao passo que constrói corpos dissidentes prontos a serem escarafunchados e analisados a partir, apenas, de sexualidade. Não tornar esta última a chave mestra de tudo aquilo que compõe um sujeito, de modo a reduzi-lo e, ao mesmo tempo, esquadrinhá-lo. Compreender que ao utilizar a legitimidade do saber psicológico poderemos ser ferramentas da reificação biopolítica que “faz viver e deixa morrer” (FOUCAULT, 2019: 32).

Se neste trabalho almejamos atrelar psicologia e saúde mental das trabalhadoras sexuais em um contexto de pandemia foi também para esgarçar o óbvio, ao demonstrar que por meio de críticas às formas de (re)produção de conhecimentos que ignoram, marginalizam ou patologizam modos de vida e populações, podemos modificar nossas práticas profissionais.

Uma psicologia que se quer atenta enxerga aqueles que habitam as margens. E em meio a uma pandemia, margem pode significar morte. Um saber que se entremeia à prática e um olhar crítico que rejeita a reprodução de opressões que habitam as entrelinhas

de alguns arcabouços teóricos presentes na psicologia podem ser os guias para resistências micropolíticas. Isto é, a nossa não espera por uma revolução messiânica que só mora no porvir.

Referências

- ARTICULAÇÃO NACIONAL de PROFISSIONAIS do SEXO. Live Roda de conversa: Existimos e Resistimos! Alusivo ao dia Internacional da Prostituta. 16 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rTl3Hf3a1KU&t=5797s>
- BAÉRE, Felipe. A Mortífera Normatividade: o silenciamento das dissidências sexuais e de gênero suicidadas. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 2, n. 5, 2019.
- BAPTISTA, Luís Antônio dos Santos. *A cidade dos sábios: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades*. São Paulo: Summus, 1999.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas 1: magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. 3. ed. Trad. Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-1, 2019.
- CESAR, Flávio Cruz Lenz et alli. O estado da saúde e a “doença” das prostitutas: uma análise das representações da prostituição nos discursos do SUS e do terceiro setor. 2011.
- COIMBRA, Cecília Maria Bouças; NASCIMENTO, Maria Livia do. The Foucault Effect: Changing Truths, Overcoming Dicotomies. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 17, n. 3, p. 245-248, 2001.
- DELEUZE, Gilles., GUATTARI, Félix. *Mil platôs*. Vol. 5. São Paulo, SP: Editora 34. 1997.
- DINIZ, André Geraldo Ribeiro e MAYORGA, Claudia. Notas sobre autonomia e desqualificação social de mulheres prostitutas. *Psicol. Soc.* [online]. vol.30, e165432. Epub 14-Nov-2018. ISSN 1807-0310. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30165432>.
- EMILIANA, Cecília. Coronavírus: pandemia deixa prostitutas de BH sem renda e moradia. *Jornal Estado de Minas Gerais*, Belo Horizonte. 2020 Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/03/20/interna_gerais,1130945/coronavirus-pandemia-deixa-prostitutas-de-bh-sem-renda-e-moradia.shtml
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes 1999.
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Vol. 1: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2019.

- NARVAZ, Martha Giudice. A (in) visibilidade do gênero na psicologia acadêmica: onde os discursos fazem (se) política. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil). 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v17n3/8814.pdf><https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18884/000729395.pdf?sequence=1>
- OLIVAR, José Miguel Nieto. *Devir puta*: políticas da prostituição de rua na experiência de quatro mulheres militantes. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- PRADA, Monique. *Putafeminista*. São Paulo: Veneta, 2018.
- ROSEIRO, Maria Carolina, et alli *Sexualidades e gênero na Psicologia: Ativismos formativos e tensionamentos curriculares*. A política no corpo: gênero e sexualidade em disputa. Vitória: EDUFES, p. 195-216, 2016.
- RUBIN, Gayle. *Pensando o sexo*. Notas para uma teoria radical da política da sexualidade, 2017.
- SALDANHA, Marília; NARDI, Henrique Caetano. Uma psicologia feminista brasileira? Sobre destaque, apagamento e posição periférica. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, v. 16, n. 35, p. 35-52, abr. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X201600100003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 10 jan. 2022.
- SCHMIDT, Beatriz et alli. Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). *Estud. psicol. (Campinas)*, Campinas, v. 37, e.200063, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103166X2020000100501&lng=en&nrm=iso>.
- SIMÕES, Soraya Silveira, et ali. A prostituta, o Vírus e a Cidade. *IPPUR*, UFRJ (online). 2020. Disponível em: <https://ippur.ufrj.br/index.php/pt-br/noticias/outros-eventos/672-a-prostituta-o-virus-a-cidade>. Acesso em: Jun. 2020.

Adriely de Oliveira Clarindo
Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP
E-mail: clarindoadriely@gmail.com

Rafaela Werneck Arenari
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro- UENF.
E-mail: rafaelaarenari@gmail.com

¹ Os nomes utilizados nesta narrativa são fictícios.

² Apesar das disputas políticas sobre os termos trabalhadoras sexuais, profissionais do sexo, prostitutas e putas, os utilizaremos de maneira alternada para que seus usos não se tornem repetitivos. Para maior compreensão das disputas e significados políticos que os termos carregam, ver Prada (2018). Além disso, neste texto, partimos da concepção de que prostituição é um trabalho.

³ Coletivo que presta assessoria jurídica para trabalhadoras sexuais da capital mineira.

⁴ Uma das formas de constatar tais ações coletivas remete: aos dados coletados por Simões et alii. (2020), que apresentam a ação da Associação de Prostitutas de Minas Gerais que discutiu com os proprietários dos cabarés uma medida para minorar a vulnerabilidade de muitas prostitutas que acabam passando dias nos

quartos alugados; ao GEMPAC, Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará, em Belém, que realizou o cadastro de mulheres que trabalham na região central da cidade, para receberem cestas básicas imediatamente; à CasaNem, em Copacabana, que continua recebendo moradores trans e cisgêneros, e organizou uma série de medidas tomadas coletivamente para o funcionamento do prédio em tempos de coronavírus. Dentre elas, a de um andar reservado para os que necessitarem ficar em quarentena.

⁵ Nome mais conhecido do movimento das prostitutas no Brasil, Gabriela foi prostituta, ativista e militante pelas causas do movimento; faleceu em 10 de outubro de 2013.

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rTI3Hf3a1KU&t=5797s>

⁷ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-servicos-de-saude-mental-devem-ser-parte-essencial-de-respostas-ao-coronavirus/>